

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

Edição n.º 2188

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos normativos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....4

Boletins de Pessoal.....4

Súmulas de contratos.....4

Avisos de licitações.....5

Editais.....5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....5

Súmulas de convênios.....8



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 2258/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **FABIANO DALLAZEN**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** a Portaria n.º 3962/2016, a qual redistribuiu, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições no 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre, na forma que segue (PR.00983.01463/2016-4):

5º cargo – Fazenda Pública e Juizados Especiais Cíveis	Atuar na Turma Recursal Provisória da Fazenda Pública de Porto Alegre
---	---

Esta portaria vigorará até ulterior deliberação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de julho de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 2259/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **FABIANO DALLAZEN**, no uso de suas atribuições legais, resolve **PRORROGAR** a Portaria n.º 3965/2016, a qual redistribuiu, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, os processos que tramitam na Promotoria de Justiça da Fazenda Pública e dos Juizados Especiais Cíveis de Porto Alegre, incluindo-os, nas atribuições dos cargos de 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 9º e 10º de Promotor de Justiça, na forma que segue (PR.00983.01463/2016-4):

1º cargo	Processos de trânsito com finais 1 e 2
2º cargo	2º Juizado da 5ª Vara da Fazenda Pública
3º cargo	1º Juizado da 5ª Vara da Fazenda Pública
4º cargo	Processos pares da 20ª Vara da Fazenda Pública
6º cargo	Processos de trânsito com finais 3 e 4
7º cargo	Processos ímpares da 20ª Vara da Fazenda Pública
9º cargo	Processos de trânsito com finais 7, 8, 9 e 0
10º cargo	Processos de trânsito com finais 5 e 6

Esta portaria vigorará até ulterior deliberação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de julho de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

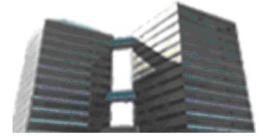
PORTARIA N.º 2265/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **FABIANO DALLAZEN**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REVOGAR** a Portaria n.º 3688/2016, a qual redistribuiu, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições na Promotoria de Justiça de Taquari, na forma que segue (PR.00912.00040/2016-7):

1º PROMOTOR DE JUSTIÇA	- 1ª Vara Judicial, Execução Criminal, Júri e matérias do art. 5º, Incisos IV (Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural) e VI (Defesa do Patrimônio Público), do Provimento n.º 12/2000.
-------------------------------	--



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

2º PROMOTOR DE JUSTIÇA	- 2ª Vara Judicial, JECrim, Violência Doméstica, Infância e Juventude e matérias do art. 5º, Incisos I (Direitos Constitucionais), III (Pessoas Portadoras de Deficiência), V (Defesa do Consumidor), XII (Fundações), XIII (Saúde Pública), XIV (Defesa dos Direitos do Idoso) e XVIII (Urbanismo e Habitação), do Provimento n.º 12/2000.
------------------------	---

Esta portaria revoga a disposição outrora firmada, a contar de 19 de junho de 2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de julho de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 2266/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, resolve **REVOGAR** a Portaria n.º 3653/2016, a qual redistribuiu, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições na Promotoria de Justiça Criminal de Lajeado, na forma que segue: (PR.00804.00017/2016-6).

2º Promotor de Justiça	JECrim, VEC e Violência Doméstica (delitos apenados com detenção)
3º Promotor de Justiça	2ª Vara Criminal e Violência Doméstica (todas as audiências preliminares, oferecimento das denúncias e/ou arquivamentos e delitos apenados com reclusão)

Esta portaria revoga a disposição outrora firmada, a contar de 19 de junho de 2017.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 04 de julho de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

PORTARIA N.º 2357/2017

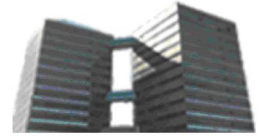
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR**, mediante designação, em caráter excepcional e temporário, as atribuições no 6º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre (PR.00983.00340/2016-5-PR.00686.00277/2016-9), na forma que segue:

6º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público	- Atuar, havendo interesse institucional, nos inquéritos policiais por crimes de lavagem de dinheiro e/ou crime organizado provenientes das Delegacias de Polícia de Porto Alegre (especialmente da Delegacia de Polícia de Repressão ao Crime de Lavagem de Dinheiro) e da Região Metropolitana, bem como em procedimentos investigatórios criminais vinculados àqueles feitos policiais referentes ao Projeto-Piloto da Promotoria de Justiça Especializada no Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro e Organização Criminosa.
--	---

Esta portaria vigorará no período compreendido de 11 de junho de 2017 a 10 de junho de 2018, sem ônus para o Estado.
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 12 de julho de 2017.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.
JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

PORTARIA N.º 2483/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENVUR BIANCON JUNIOR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, conforme Parecer e Decisão constantes das folhas 151 a 160 dos autos, que julgou procedente a Sindicância **SPU.PR.01055.00053/2016-5**, publicar extrato nos seguintes termos:

DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR em espécie, com fulcro no inciso II do artigo 248 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

BENVUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.
Registre-se e Publique-se.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 246/2017

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENVUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

NOMEAR

- ANDRISE BOONE, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 2447/2017).

REVOGAR

- a contar de 29 de agosto de 2014, a Portaria n.º 3624/2013, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor JOSÉ AUGUSTO DA ROSA BIFANO, Secretário de Diligências, ID n.º 3432998, para atuar junto à Rede Ambiental Sinos, 2 vezes por semana, de 23 de dezembro de 2013 até ulterior deliberação (Port. 2414/2017).

- a contar de 30 de novembro de 2014, a Portaria n.º 3625/2013, que designou, para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor LUCIANO RATAL MENNA BARRETO, Secretário de Diligências, ID n.º 3431401, para atuar junto à Rede Ambiental Sinos, 2 vezes por semana, de 23 de dezembro de 2013 até ulterior deliberação (Port. 2413/2017).

- a contar de 19 de julho de 2017, a Portaria n.º 2134/2017, que designou o Dr. DENIS GUSTAVO GITRONE como Diretor da Promotoria de Justiça de São Borja, até 30 de junho de 2018 (Port. 2453/2017).

- a contar de 19 de julho de 2017, a Portaria n.º 2135/2017, que designou o Dr. ROBSON JONAS BARREIRO como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de São Borja, até 30 de junho de 2018 (Port. 2454/2017).

DESIGNAR

- a contar de 18 de julho de 2017, o Dr. ROBERTO CARMAI DUARTE ALVIM JUNIOR como Diretor da Promotoria de Justiça de Taquari, até 30 de junho de 2018, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2457/2017).

- a contar de 19 de julho de 2017, a Dra. MELISSA MARCHI

JUCHEN como Diretora da Promotoria de Justiça de São Borja, até 30 de junho de 2018, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2455/2017).

- a contar de 19 de julho de 2017, o Dr. DENIS GUSTAVO GITRONE como Diretor Substituto da Promotoria de Justiça de São Borja, até 30 de junho de 2018, ou remoção/promoção do designado que implique saída da Promotoria de Justiça, ou ulterior deliberação (Port. 2456/2017).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 01 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora CRISTINA DANIELI, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3439372, registrada no Boletim n.º 461, publicado no DEMP de 15/10/2012, referente ao quinquênio de efetividade de 09/09/2007 a 06/09/2012, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 19/07/2017 – PR.01217.00116/2017-3 - Port. 2458/2017).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 10/07/2017, no Cargo de Agente Administrativo, classe “M”, CARLA PEREIRA LAMPERT, tendo entrado em exercício em 25/07/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

BENVUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N.º 070/2017
SGA N.º 00677.000.083/2017
SGCON N.º 02405.000.081/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 053/2017**

CONTRATADA: ELEVADORES ALCER LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive o atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador instalado no prédio sede deste Ministério Público Estadual na cidade de Camaquã/RS; **VALOR MENSAL:** R\$ 547,00; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, Leis Estaduais n.º 11.389/99, n.º 13.191/09 e n.º 13.706/11, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Estadual n.º 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n.º 33/08, n.º 47/05 e n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

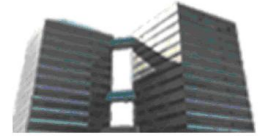
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N.º 073/2017
SGA N.º 00677.000.035/2017
SGCON N.º 02405.000.084/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 054/2017**

CONTRATADA: ELEVASYSTEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive o atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, no elevador instalado no prédio sede deste Ministério Público Estadual na cidade de Uruguaiana/RS; **R\$ VALOR MENSAL:** 600,00; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, Leis Estaduais n.º 11.389/99, n.º 13.191/09 e n.º 13.706/11, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Estadual n.º 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n.º 33/08, n.º 47/05 e n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS N.º 071/2017
SGA N.º 00677.000.055/2017
SGCON N.º 02405.000.082/2017
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 050/2017**

CONTRATADA: ELEVASYSTEM ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ELEVADORES; **OBJETO:** prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, inclusive o atendimento de situações de emergência, com fornecimento de peças originais de reposição, na plataforma vertical instalada no prédio sede deste Ministério Público Estadual na cidade de Casca/RS; **R\$ VALOR MENSAL:** 416,66; **VIGÊNCIA:** 12 meses; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, Leis Estaduais n.º 11.389/99, n.º 13.191/09 e n.º 13.706/11, Lei Complementar n.º 123/06, Decreto Estadual n.º 42.434/03 e Provimentos PGJ/RS n.º 33/08, n.º 47/05 e n.º 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 4º ADITIVO AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS UAJ N.º 050/2014
PROCESSO N.º 0869-09.00/14-2
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2014**

CONTRATADA: O A POMPEO LICITAÇÕES - EPP; **OBJETO:** reajuste de preço, a contar de 02 de junho de 2017, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV acumulado de maio de 2017, de 1,57% e alteração das cláusulas terceira, que se refere ao preço, do pagamento e do reajuste, e cláusula nona, que se refere a gestão do contrato; **VALOR TOTAL: R\$ 193,48;** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza de Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3982; **FUNDAMENTO LEGAL:** Cláusula terceira, item 3.8 do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de Abertura de Licitação

Convite n.º 04/2017 (Processo SGA n.º 0677.000.113/2017)
Tipo: Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para reforma parcial do 8.º pavimento da Torre Sul do prédio da Sede Institucional do Ministério Público, situado na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, em Porto Alegre, RS, conforme especificações constantes do **Anexo I** deste Convite. **Data e horário de abertura: 04/08/2017, às 10 horas.**

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro,

Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mprs.mp.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**EDITAL N.º 133/2017
REMOÇÃO DE ASSESSOR
BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mprs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida a vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007, com a redação dada pelo Provimento 74/2016, publicado em 12/12/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 27/2017

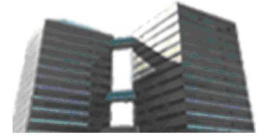
O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00757.00003/2007. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Wilson Luís Grezzana. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos. **OBJETO:** APURAR A EMISSÃO DE RUÍDOS SONOROS ACIMA DOS INDÍCES PERMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO, BEM COMO, A FALTA DE ALVARÁ DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO PELA SOCIEDADE ATIRADORES DE DOIS IRMÃOS. **INVESTIGADO(S):** Sociedade Atiradores de Dois Irmãos LOCAL DO FATO: Dois Irmãos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00771.00027/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Farroupilha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ronaldo Lara Resende. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. **OBJETO:** Objeto: apurar a prática de comércio ambulante irregular nas margens da RS 453, Linha Vicentina, em Farroupilha, causando risco à segurança no trânsito
Investigado: a apurar



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

Local: Farroupilha INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00802.00020/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carlos Augusto Fiorioli, em substituição. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: acessibilidade no Hotel Imperatriz. INVESTIGADO(S): Imperatriz Apart Hotel LOCAL DO FATO: Lajeado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00930.00032/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stifelman. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano à ordem urbanística consistente na omissão de Viviane Oliveira dos Santos, proprietária do imóvel localizado na Av. Joaquim Gonçalves Ledo, n.º 355, Bairro São Lucas, em Viamão/RS em suprimir a espécie exótica já autorizada pela SMMA através da autorização Florestal n.º 472/2015. INVESTIGADO(S): Viviane Oliveira dos Santos LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01806.000.082/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Fistarol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Apurar eventual existência de loteamento irregular na Rua Nossa Senhora de Lurdes, bairro Alvorada, em Parobé.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Parobé/RS. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01806.000.255/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Fistarol. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Investigar a regularidade da aprovação de edificação em desacordo com o Plano Diretor . INVESTIGADO(S): Município De Parobé. LOCAL DO FATO: Fernando Saft, 255. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01202.00008/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano à ordem urbanística e ao direito à moradia adequada dos beneficiados com unidades no Condomínio Ana Paula, Condomínio Camila e no Condomínio São Guilherme, situados no Bairro Restinga, todos construídos com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 01, causado por potencial equívoco do Município de Porto Alegre no licenciamento dos empreendimentos, e que estaria provocando: (a) dificuldade de implantar e manter a gestão administrativa dos condomínios e (b) controlar a regularidade do cumprimento dos contratos firmados entre a Caixa Econômica Federal e os beneficiados com unidades nos empreendimentos INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01629.000.236/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação E Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: promover os estudos e adotar as medidas necessárias para a regularização fundiária e urbanística da Ocupação Zumbi dos Palmares, localizada na Rua Frederico Mentz, 335 e 345, Bairro Humaitá. INVESTIGADO(S): Município De Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Rua Frederico Mentz, 335 e 345. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2017.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 125/2017

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, DA SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

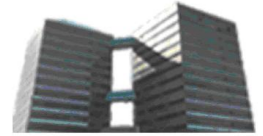
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00718.00040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marlise Martino Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé. OBJETO: Apurar a suficiência dos serviços ofertados à população em razão da transferência/transformação do Posto de Saúde Sá Monmany em um posto provisório de atendimento. INVESTIGADO(S): Município de Bagé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00748.00088/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Janaina de Carli dos Santos. CLASSIFICAÇÃO: 5º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, em substituição. OBJETO: Investigar o desligamento de usuários do setor de fisioterapia da APAE - Caxias e eventual prejuízo a estes usuários. PARTES: Maria Goretti da Silva (Representante)- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE; Município de Caxias do Sul (investigados). LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00763.00053/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar irregularidades no serviço público de saúde fornecido pelo Município de Campinas do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Campinas do Sul. LOCAL DO FATO: Campinas do Sul.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00061/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborda Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Investigar a continuidade do exercício das atividades da Comunidade Terapêutica Instituto São Jorge de forma irregular. INVESTIGADO(S): Comunidade Terapêutica Instituto São Jorge. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00784.00063/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborda Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Recomendar ao Hospital Dom João Becker e ao Município de Gravataí que atendam, no âmbito do referido hospital, os casos de urgência e emergência. INVESTIGADOS(S): Hospital Dom João Becker e Município de Gravataí. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00862.00013/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Catiuce Ribas Barin. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades na constituição e funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, denominada "Novo Residencial Geriátrico" (nome de fantasia constante na frente do imóvel), representada por Sabrina Inês Ludwig, locatária do imóvel, e Micheline Schunke, pessoa encontrada no ato de diligência de vistoria, situada na Rua Marechal Floriano, n.º 1492, Centro, em Santa Cruz do Sul/RS. INVESTIGADOS(S): ILPI Irregular Denominada Novo Residencial Geriátrico, Micheline Schunke e Sabrina Inês Ludwig LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00060/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar as medidas que serão adotadas pelo Município de Viamão para aprimoramento das ferramentas disponibilizadas pelo Sistema AGHOS, a fim de possibilitar pesquisa/acesso a dados pretéritos à data da emissão de relatórios. INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00931.00061/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Investigar o retardo no agendamento de consultas especializadas reguladas pelo Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência da morosidade da Unidade de Saúde Municipal solicitante prestar as informações demandadas pela consultoria do TELESSAÚDE/UFRGS/RS, cujas solicitações ficam cadastradas no sistema GERCON com status "Aguarda Matriciamento". INVESTIGADO(S): Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01806.000.171/2017. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniela Fistarol. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades no recebimento de verbas públicas em Fazenda de Recuperação de dependentes químicos - Aprendendo a Viver. INVESTIGADO(S): Anderson dos Santos. LOCAL DO FATO: Parobé.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00080/2016. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar o fluxo de atendimento da urgência e emergência do Hospital da Puc/RS. INVESTIGADOS(S): Hospital São Lucas da Puc e Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00166/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Dermatologia Adulto no Município INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00165/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Dermatologia no Município. INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Saúde. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

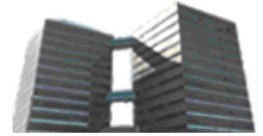
TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00148/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Müller Monteiro. CLASSIFICAÇÃO: 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Falta de protocolo formal de autorização de transplantes intervivos no Estado. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Outros Procedimentos Investigatórios - Procedimento Individual. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00353/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Márcia Rosana Cabral Bento. CLASSIFICAÇÃO: 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o atendimento prestado pelo Hospital Dom Vicente Scherer ao paciente Sr. Paulo Antônio Marques Maciel. INVESTIGADO(S): Hospital Dom Vicente Scherer. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00198/2017. PROMOTORIA DE



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 2188

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gisele Müller Monteiro. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Consulta em Odontologia – Endodontia no Município. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00197/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gisele Müller Monteiro. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Consulta em Odontologia – Cirurgia Bucomaxilofacial no Município. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00196/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gisele Müller Monteiro. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Consulta em Odontologia – ATM no Município. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00199/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Gisele Müller Monteiro. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada em Odontologia – Prótese no Município. **INVESTIGADO(S):** Secretaria Municipal de Saúde. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01128.00201/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. **OBJETO:** Averiguar a transferência de pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro para o Hospital Colônia Itapuã. **INVESTIGADOS(S):** Estado do Rio Grande do Sul, Estado do Rio Grande do Sul Secretaria Estadual da Saúde, Hospital Colônia de Itapuã e Hospital Psiquiátrico São Pedro. **LOCAL DO FATO:** Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 24 de Julho de 2017.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos,
da Saúde e da Proteção Social.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**SÚMULAS DE CONVÊNIOS E
INSTRUMENTOS CONGÊNERES
PR.00001.01245/2012-2**

TIPO DE INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica; **OBJETO:** Visa a viabilizar a confecção de Termos Circunstanciados de Ocorrências, por Policiais Rodoviários Federais, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, quando do entendimento das infrações de menor potencial ofensivo de que trata a Lei n.º 9.099/1955, e quando do atendimento dos atos infracionais praticados por adolescentes, equivalentes aos citados crimes de potencial ofensivo, e ainda quando do entendimento dos crimes de trânsito previsto na Lei n.º 9.503/1977, que se enquadram nos critérios de menor potencial ofensivo previsto na Lei n.º 9.099/1995; **CONVENIENTE:** Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio Grande do Sul; CNPJ: 00.394.494/0114-13; **VALOR DO REPASSE:** Não envolve transferência de recursos financeiros.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de julho de 2017.

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.